

Editorial

O reconhecimento de *Linhas Críticas* como um periódico consolidado e qualificado na área de educação vem sendo atestado por diversas instâncias de avaliação que contam com comitês científicos altamente qualificados. Nesse processo de avaliação e indexação em novas bases, a revista foi integrada ao Educã – Periódicos *online* de Educação –, criado pela Fundação Carlos Chagas, em parceria com o Sistema SciELO, no intuito de proporcionar amplo acesso a coleções de periódicos referenciados na área de educação. Na expectativa de obter maior inserção nacional e internacional, *Linhas Críticas* também passou a integrar o Directory of Open Access Journals (DOAJ), os Sumários de Revistas Brasileiras (Sumarios.Org) e o Diretório de Políticas de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras (Diadorim). Inserida atualmente em mais de dez fontes de indexação de larga abrangência, a revista atingiu patamar semelhante ao de outros periódicos avaliados como A1 e A2 pelo Qualis/Capes. Convidamos os leitores e leitoras a acessarem o novo *site* da revista (www.linhascriticas.fe.unb.br), no qual poderão obter informações sobre endereços eletrônicos para pesquisa e acesso aos artigos da revista, bem assim a dados sobre a equipe e o conselho editorial, consultores *ad hoc*, permutas e informações sobre doações.

O presente número foi organizado com artigos inéditos, submetidos à revista por autores de diversas instituições e regiões do País, além de um autor oriundo da Universidade do Minho, em Portugal. As reflexões versam sobre campos diversos, como a filosofia da educação, juventude e educação, didática, ensino e aprendizagem em ambientes virtuais, educação ambiental, formação de professores e políticas de educação superior. A pluralidade temática aponta um universo de questões atuais e relevantes para o campo educacional, do qual se espera capacidade de intervenção e de resposta frente aos problemas discutidos. O número está composto por 13 artigos, que trazem aportes teóricos e reflexões a partir de estudos empíricos.

No artigo “Sob o signo da luz e das sombras: o imaginário da autonomia em educação”, Manuel Gonçalves Barbosa reflete sobre as luzes e as sombras que envolvem esse imaginário. Atribui aos educadores em contextos formais e não formais a tarefa de manter acesa a chama do imaginário da autonomia, por meio da implementação e da realização de projetos nos quais os educandos tenham a oportunidade de aprender a deliberar, a assumir responsabilidades, a inovar, a criar, a cooperar, a formular perguntas, a buscar soluções, a superar obstáculos e a elevar a autoestima.

Angelo Vitório Cenci revisita Aristóteles, Kant e Piaget, no intuito de identificar, entre estes pensadores, contribuições em torno da questão do “tornar-se mestre de si” e sua atualidade para o campo da educação moral. Destaca que “um determinado grau de domínio de si é condição para a autonomia moral própria e para estabelecer um grau

satisfatório de coerência entre o juízo moral e a ação”. Tornar-se mestre de si implica uma articulação coerente entre juízo, ação moral e o desenvolvimento do próprio caráter.

Partindo de questionamento levantado por Marilena Chauí que nos instiga a refletir se não seria a educação ética uma forma de violência contra o ser, Bruno Pucci busca responder a tal perquirição recorrendo aos escritos de Kant, Durkheim e Adorno. Conclui, com base em Adorno, que, apesar dos mecanismos de coerção presentes nos sistemas de educação, é justamente “nessa tensão entre seus desejos e as imposições do social, entre a necessidade de integração e a resistência, que o indivíduo se vai formando crítica e moralmente”. Aos professores ou educadores Pucci sugere que “é preciso, para os que ainda acreditam, continuar desenvolvendo o potencial transformador da educação/formação [...] para que o indivíduo avance nesse difícil e angustiante processo histórico de se tornar realmente *individuum* numa sociedade que o fragmenta e o pluraliza continuamente”.

Nilda Stecanela e Carmem Maria Craidy apresentam narrativas identitárias de jovens em conflito com a lei, construídas por meio de entrevistas em profundidade nas quais os sujeitos assumiram a posição de intérpretes de suas próprias vidas, demonstrando como percebem sua situação juvenil, seus processos de subjetivação e de construção do *eu* e da juventude privada de liberdade. Entre outros resultados, as autoras apontam que os entrevistados “consideram-se como prisioneiros, muito mais do que como jovens ou sujeitos de direitos” e que o ato infracional os colocou “em percursos que os estigmatizam como jovens em conflito com a lei, em rotas de colisão com as condutas sociais pretensamente normais”.

A produção didática da história nos manuais para professores é analisada por André Luiz Paulilo por meio de levantamento minucioso de manuais indicados no Plano Nacional do Livro Didático. O autor finaliza seu artigo apontando que os “discursos sobre o modo de ensinar a matéria [...] são insistentemente lembrados aos professores de história [...]. O inventário das rotinas de trabalho escolhidas e retrabalhadas nos manuais do professor reitera estratégias de ensino, instrumentos para as aulas e textos para compreender e pensar sem considerar a desenvoltura necessária à condução de uma turma de alunos ou o valor de uso de muitas das ‘receitas’ propostas”.

O Plano Nacional do Livro Didático é também objeto da análise de Ronaldo Barros Ripardo, desta vez sob o prisma dos gêneros textuais nos livros didáticos de alfabetização matemática. Tomando dois livros como exemplos, o autor procede à análise do modo como os gêneros são utilizados em relação às atividades e conteúdos matemáticos. Argumenta que, em muitos casos, as atividades propostas são superficiais e as ilustrações pouco contribuem na aprendizagem do conteúdo matemático. Por sua vez, “os textos não são explorados em seus aspectos constitutivos gerais. Não há um trabalho de interpretação, de fazer o aluno relacionar a informação matemática no

texto com a construção de sentidos a partir das informações fornecidas. A mensagem veiculada no texto é deixada à margem das atividades didáticas propostas”.

Inclusão e linguagem nos anos iniciais do ensino fundamental constitui o foco do artigo de Rogério Drago originado a partir de uma pesquisa realizada com uma professora e uma turma do ensino fundamental na qual se encontravam crianças com deficiência mental causada pela Síndrome de Down. Durante a pesquisa, foram propostas à professora ferramentas de trabalho e discutidos aspectos teórico-metodológicos “para que esta profissional pudesse perceber outras/novas possibilidades de ressignificar sua prática docente numa perspectiva inclusiva, inovadora e agradável para todas as crianças, ao mesmo tempo em que a fizesse perceber que, ao exercitar a linguagem em todas as suas possibilidades, a criança com Síndrome de Down poderia desenvolver suas funções superiores tipicamente humanas, na medida em que perceberia a língua como ferramenta de ação social e psicológica”.

Jéssica do Nascimento Rodrigues e Carlos Frederico Bernardo Loureiro discutem a crise socioambiental e avaliam a atuação de ONGs ambientalistas no campo educacional. Argumentam que essas organizações da sociedade civil “têm funcionado como um instrumento de privatização do Estado, muitas vezes recebendo recursos sem fiscalização e sem terem sido ‘capazes’ de uma atuação concreta” e que, “abraçando a causa da ‘resolução’ das problemáticas sociais, sob o discurso do ‘fazer aquilo que o Estado não faz’, as ONGs investem forte no interesse pelos campos educacional e ambiental”. Tal investimento por parte de entidades não governamentais é visto com ressalva pelos autores.

Para uma educação ambiental eficaz e de maior alcance, Rossano André Dal-Farra e Mariela Valduga destacam a necessidade de investimentos na formação continuada de professores e de práticas compartilhadas de construção. Os autores reiteram que a educação ambiental “inclui a questão das atitudes e valores, mas também necessita, para as suas práticas, de um desenvolvimento conceitual que possa articular os domínios físicos, químicos, biológicos e sociais, proporcionando a inserção do processo nos amplos domínios do ensino de ciências e do contexto ambiental articulado com as peculiaridades educacionais dos anos iniciais do ensino fundamental”.

Eduardo Santos Junqueira analisa, em seu artigo, avanços e limites da avaliação realizada nos curso de educação a distância. Apesar da utilização de recursos variados da internet por parte dos estudantes, como o acesso a diversos *web sites*, participação em fóruns e comunidades virtuais e compartilhamento de trabalhos realizados nas disciplinas em *blogs* ou páginas relacionadas a conteúdos curriculares, “prevalecem, no caso da EaD, formas de avaliação associadas ao ensino presencial e circunscritas às atividades do aluno no AVA, focadas nas frequências de acessos e nos conteúdos escritos disponibilizados pelo aluno no AVA”. O autor propugna a necessidade de uma “aproximação produtiva entre as potencialidades da web 2.0, as iniciativas dos alunos

ao navegarem na internet e as possibilidades de aprimoramento dos processos de aprendizagem”.

O artigo “Novos paradigmas: pontes entre o mal-estar e o bem-estar docente” compreende uma reflexão de Ruth Catarina Cerqueira Ribeiro de Souza sobre formação docente, trajetórias de professores de escolas públicas e processos de emancipação. A autora constatou, por meio de pesquisas e orientações de trabalhos, uma desarticulação do corpo docente que leva ao isolamento, à indiferença e à fragilização humana. Partindo da constatação do “mal-estar docente”, a autora propõe uma reflexão sobre “condições que possam contribuir para que esses profissionais resistam a imposições, assumam suas verdadeiras identidades e assumam suas possibilidades de autonomia nessa construção de si”, ou seja, que possam figurar como “pontes para o bem-estar docente”. Conclui que são necessários investimentos que conduzam a “novas formas de pensar e de compreender, de valorar as questões pedagógicas, priorizando práticas que possibilitem a integração do corpo e da mente, da racionalidade e da sensibilidade do sujeito e do objeto, do indivíduo e do seu contexto, do ser humano e da natureza”.

Suely Ferreira discorre sobre as reformas na educação superior no Brasil no período de 1995 a 2011, que compreende os governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Roussef. A autora enfatiza a expansão da educação superior ocorrida nesse período. Diante dos desafios e das demandas atuais, as reformas na educação superior exigem das instituições de ensino, além da formação de profissionais qualificados, a capacidade de “transformar o conhecimento em valor econômico e social e, logo, demonstrar sua relevância social para o desenvolvimento do país, seja no âmbito local, regional ou nacional, seja no âmbito internacional”.

Finalizando este número, Marcelo Almeida Bairral e Rafael Cardoso Ofredi Maia apresentam o uso do Google Earth como estratégia didática em aulas de matemática, especialmente nas aulas de geometria. Com base nos resultados obtidos em pesquisa de campo realizada com uma turma do 9º ano do ensino fundamental, os autores verificaram que “é possível trabalhar esse recurso em atividades de geometria, não para a reprodução de práticas convencionais, mas para a deflagração de um processo de ensino em que o estudante se envolve e do qual participa mais, em seu aprendizado”. Destacam, outrossim, a importância do(a) professor(a) na constituição de um ambiente propício para o aprendizado em um ambiente que “deve potencializar uma prática pedagógica dialógica”.

Esperamos, por meio da leitura e da discussão dos artigos presentes neste número, poder ampliar o olhar crítico sobre distintos campos nos quais a educação se faz presente e sobre os quais seus atores são chamados a atuar de forma qualificada e se posicionar propositivamente.

Wivian Weller e Catarina de Almeida Santos
Editoras